



Expositores foram à Constituinte e criticaram atuação do BC

198 Furtado e Barelli defendem BB forte

O ministro da Cultura, Celso Furtado, e o diretor-técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, Walter Barelli, defenderam ontem na Constituinte o fortalecimento das atividades financeiras do Banco do Brasil. Segundo a exposição que fizeram na Subcomissão do Sistema Financeiro, os parlamentares deverão inserir na próxima Constituição a ampliação da área de concessão de créditos por parte do Banco do Brasil, assim como de suas operações de fomento, e permitir que a instituição utilize os mesmos instrumentos de captação de dinheiro que hoje são usados pela iniciativa privada.

Os dois expositores afirmaram que estas medidas são a única maneira do Banco do Brasil cumprir sua missão histórica de financiador do desenvolvimento do país, meta abandonada pelo Banco Central, que hoje acumula funções que poderiam ser delegadas ao Banco do Brasil. E criticaram a ineficiência do Banco Central nas atividades que exerce atualmente.

Eles informaram que o Banco Central acumula as funções de emissor de moeda, executa a programação monetária, maneja os instrumentos de política monetária, gerencia o sistema financeiro nacional, financia o déficit público, controla as operações de câmbio com o exterior e mantém a operação de fomento. A ineficiência

no desempenho destas funções, segundo os expositores, está na autonomia do Banco Central, que desvincula a execução da política econômica da administração da moeda, comprometendo a execução das metas prioritárias da economia.

Desenvolvimento

Segundo Furtado e Barelli, a promoção do desenvolvimento também deve ser prioridade do Banco Central e não apenas o manejo dos instrumentos de combate à inflação. Mas reconheceram que para alcançar este objetivo não basta assegurar a oferta de dinheiro e outros ativos que viabilize esta meta, frisando a importância do combate à especulação financeira. Isso porque, na sua opinião, a especulação desenfreada é causa da elevação das taxas de juros, fator de concentração de renda e desestímulo aos investimentos produtivos.

Ambos expositores propuseram neste sentido a elaboração de novos meios de fiscalização de toda a estrutura do sistema financeiro, já que, devido suas características de liquidez e fluidez, têm propiciado ao capital financeiro desviar-se das normas institucionais criadas. As divergências entre os dois ficaram por conta da estatização do setor bancário e da penalização para a usura. O representante do Dieese defendeu as duas propostas e o ministro descartou ambas.